



**Estado do Maranhão**  
**Prefeitura Municipal de Santa Inês**  
Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro  
Santa Inês - MA

**CÂMARA MUNICIPAL**  
Recebido pela Assessoria Legislativa  
EM 05 / 06 / 2024  
Rayna Gonçalves  
Assinatura do Servidor

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 16/2024, DE 03 DE JUNHO DE 2024.**

**MENSAGEM**

**EXMO. SR. JOEL OLIVEIRA DE ARAÚJO**

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

SANTA INÊS - MA.

**ASSUNTO:**

**“Autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento anual de 2024 e promove adequação orçamentária da Lei Aldir Blanc no âmbito do Município de Santa Inês e e dá outras providencias”.**

**PROPONENTE:**

PODER EXECUTIVO

**Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores.**

Submeto à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que “Autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento anual de 2024 e promove adequação orçamentária da Lei Aldir Blanc no âmbito do Município de Santa Inês e e dá outras providencias”.

**I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

A Lei Orçamentária Anual – LOA contém créditos orçamentários. No entanto, conforme ensina o autor Harrison Leite, durante a execução orçamentária alguns ajustes devem ser realizados. Por essa razão, a LOA poderá conter além dos créditos orçamentários, os denominados créditos adicionais.

Os créditos adicionais classificam-se em três espécies, sendo que *in casu* se pretende autorizar a abertura do crédito adicional classificado em especial, cujo conceito é extraído do II do caput do art. 41 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que “Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”.

“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

.....

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;



.....  
.....” (grifos acrescidos).

## II – DA OBSERVÂNCIA A LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA

E, nesse sentido, Harrison Leite ensina que os créditos adicionais especiais são destinados a cobrir despesas com programas ou categorias de programas novos ainda não previstos na LOA. Eles devem ser autorizados por lei, que não pode ser a LOA.

Ademais, para que um crédito adicional especial possa ser aberto, é necessária a existência de recursos disponíveis, com uma exposição que o justifique.

Nessa perspectiva, o art. 42, o art. 43 e o art. 46 da mencionada Lei Federal nº 4.320, de 1964, determinam que:

“Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.” (grifos acrescidos)

“Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....  
.....

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....  
.....”.

“Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.” (grifos acrescidos).

Em relação à vigência, o crédito adicional especial deve vigorar, em regra geral, no exercício em for autorizado, conforme determinam o § 2º, do art. 167, da Constituição Federal, de 1988, e o § 2º do art. 144 da Lei Orgânica do Município.

Logo, por todo o exposto até aqui, percebe-se que a proposta está em consonância com a legislação vigente, sendo que o art. 1º indica de forma discriminada a dotação do crédito adicional especial. Do mesmo modo, o art. 2º demonstra o recurso que irá cobrir o mencionado crédito e o art. 6º dispõe acerca da vigência dele.





## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Logo, verifica-se que a proposta em comento pretende adequar a LOA 2024 às normas de direito financeiro, haja vista que a que “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Santa Inês para o exercício financeiro de 2024, e dá outras providências”, não previu para o orçamento vigente dotação orçamentária específica para os serviços explanados neste Projeto de Lei, sendo necessário, por conseguinte, abrir crédito adicional especial, mediante autorização legal, conforme demonstrado.

Com efeito, considerando o objetivo do Projeto de lei colocado sob o crivo do Legislativo Municipal, certo de que receberá a necessária aquiescência de Vossa Excelência e de seus ilustres pares, submeto-o a exame e votação, sob o regime de urgência urgentíssima, cujo rito ora solicito, nos termos do art. 52 da Lei Orgânica Municipal e conforme o Regimento Interno dessa Casa.

Santa Inês, 03 de junho de 2024.

LUIS FELIPE OLIVEIRA DE  
CARVALHO:03333395339

Assinado de forma digital  
por LUIS FELIPE OLIVEIRA DE  
CARVALHO:03333395339

**LUIS FELIPE OLIVEIRA DE CARVALHO**  
**Prefeito do Município**



**Estado do Maranhão**  
**Prefeitura Municipal de Santa Inês**  
Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro  
Santa Inês - MA

**PROJETO DE LEI N.º 16 DE 03 DE JUNHO DE 2024.**

*Autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento anual de 2024 e promove adequação orçamentária da Lei Aldir Blanc no âmbito do Município de Santa Inês e dá outras providências*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS DO MARANHÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, SUBMETE À CÂMARA MUNICIPAL O SEGUINTE PROJETO DE LEI:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento vigente do Município de Santa Inês crédito especial, no valor de R\$ 603.989,00 (Seiscentos e Três Mil, Novecentos e Oitenta e Nove Reais), conforme discriminação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
02 – PODER EXECUTIVO		
13 – SECRETARIA DE CULTURA		
Função: 13 – Cultura		
Subfunção: 392 – Difusão Cultural		
Programa: 0022 – Cultura Mais Perto de Você		
Ação (projeto/atividade): 2177 – Fomento as Atividades Culturais / Lei Aldir Blanc		
RUBRICA	DESCRIÇÃO	VALOR
3.3.90.30	Material de Consumo	5.989,00
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	238.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	30.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	50.000,00
3.3.50.43	Subvenções Sociais	30.000,00
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	10.000,00
TOTAL		363.989,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
02 – PODER EXECUTIVO		
13 – SECRETARIA DE CULTURA		
Função: 13 – Cultura		
Subfunção: 392 – Difusão Cultural		
Programa: 0022 – Cultura Mais Perto de Você		
Ação (projeto/atividade): 1183 – Fomento as Atividades Culturais / Lei Aldir Blanc		
RUBRICA	DESCRIÇÃO	VALOR
4.4.90.51	Obras e Instalações	100.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	40.000,00
4.4.90.61	Aquisição de Imóveis	100.000,00





**Estado do Maranhão**  
**Prefeitura Municipal de Santa Inês**  
Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro  
Santa Inês - MA

<b>TOTAL</b>	<b>240.000,00</b>
<b>TOTAL CRÉDITO ESPECIAL</b>	<b>603.989,00</b>

**Art. 2º** - Os recursos necessários para cobertura do crédito mencionado no Art. 1º desta Lei serão obtidos na forma legal do inciso III do Artigo 43º da Lei Federal nº 4.320/64, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais.

**Art. 3º.** Fica o Poder Executivo autorizado a fazer os ajustes necessários no PPA e LDO, além das fontes de recursos necessárias ao cumprimento desta lei.

**Art. 4º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS/MA, EM 03 DE JUNHO DE 2024.

LUIS FELIPE OLIVEIRA DE  
CARVALHO:03333395339

Assinado de forma digital  
por LUIS FELIPE OLIVEIRA DE  
CARVALHO:03333395339

**LUIS FELIPE OLIVEIRA DE CARVALHO**  
**Prefeito do Município**